



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638513 - SP (2021/0000980-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : CAMILA VICENTE
ADVOGADO : CAMILA VICENTE - SP414348
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JHONATHAN LIMA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JHONATHAN LIMA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 200025844.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, tipo penal previsto no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06. O flagrante foi convertido em prisão preventiva.

O impetrante sustenta a ausência dos requisitos legais que autorizam a prisão cautelar do paciente. Narra que o paciente estava de carona em carro de terceiro, quando houve pedido de parada pela polícia, que não foi obedecido. Houve perseguição policial, que culminou com a captura dos envolvidos.

Afirma que o paciente é pessoa idônea, trabalhadora, primária, com bons antecedentes e residência fixa, além do que em nenhum momento assumiu que as drogas encontraram eram suas.

Tece considerações, ainda, acerca da pandemia da covid-19.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para trancar a ação penal. Subsidiariamente, pleiteia a concessão da liberdade provisória do paciente, para que responda ao processo em liberdade, se for o caso, com a aplicação das medidas cautelares diversas do cárcere. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, especialmente porque o relator consignou na decisão monocrática impugnada que (fl. 124):

Ainda, no que se refere ao decreto de prisão do Paciente, constou que “... os indiciados foram presos transportando quase 50g de cocaína, conforme auto de constatação (fl. 05), tendo a prisão se dado após extensa perseguição que, segundo os policiais, se iniciou em Salto, foi até Indaiatuba na divisa com Campinas e retornou a Salto. Os indiciados estavam acompanhados ainda do adolescente Ryan Christian Santos de Lima, apreendido ...”, circunstâncias que indicam a necessidade de manutenção da medida, ao menos nesta oportunidade.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente